

---

# A Institucionalização de Blocos de Integração: Uma Proposta de Critérios de Medição\*

**João Carlos Amoroso Botelho\*\***

## **Introdução**

**H**á uma vasta literatura sobre a integração europeia, mas pouco do que se produz pode ser aplicado a outros casos. O modelo de integração adotado na Europa não se repete no restante do mundo. Assim, aplicar a outros processos os critérios elaborados para o caso europeu só pode levar aos mesmos resultados, a avaliação de que há problemas, de que as perspectivas são ruins e de que, em algumas iniciativas, sequer se caracteriza um processo de integração.

Portanto, é necessário o estabelecimento de critérios que possam ser aplicados universalmente e que avaliem os blocos de integração de

---

\* Artigo recebido em 19 de novembro de 2013 e aprovado para publicação em 6 de junho de 2014.

\*\* Doutor em Ciência Política pela Universidad de Salamanca, Espanha, e professor adjunto da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás (UFG). É autor de *La creación y la evolución de UNASUR* (Curitiba: Juruá, 2013). E-mail: joaocarlosbotelho@hotmail.com.

acordo com seu nível de institucionalização, como já foi proposto e levado adiante na ciência política para os regimes democráticos e os sistemas partidários. Essa é uma tarefa urgente para a sistematização e a pesquisa comparativa no campo de estudos da integração regional.

A proposta de avaliar a institucionalização dos blocos não traz implícito um juízo de valor de que o processo de se institucionalizar seja desejável. Trata-se de uma tentativa de fugir da análise simplista que utiliza como únicos parâmetros o ritmo e o estado do caso europeu. Ao avaliar a institucionalização, é possível analisar os blocos por si próprios e diferenciá-los por níveis em várias dimensões.

Para cumprir essa tarefa, a primeira questão que precisa ser enfrentada é definir a integração, já que há pouca clareza sobre o que se entende por integração, e as definições existentes na literatura concentram-se no caso europeu como referencial empírico e, por isso, são muito exigentes.

## **Processo de Integração**

Haas (1958), principal nome da fase originária de teorização, define integração como o processo em que atores políticos de diversos países são persuadidos a transferir suas lealdades, expectativas e atividades a um novo centro, cujas instituições assumem ou requerem jurisdição sobre os Estados. Esse conceito é amplo, porque engloba um processo social, a transferência de lealdades, e outro político, a criação de instituições políticas que se impõem sobre pelo menos uma parte das atribuições dos países-membros (DIEZ; WIENER, 2004). A atenção com o componente social é uma característica do neofuncionalismo, a corrente da qual Haas é um dos principais representantes.

A definição do intergovernamentalismo liberal, por sua vez, centra-se na segunda parte. Aqui, a preferência também recai sobre uma definição centrada no processo político, mas em uma versão menos exigente.<sup>1</sup> Como o principal, ou muitas vezes único, referente empírico da teoria da integração é o caso europeu, sua aplicação a outros processos pode ser problemática. É o que ocorre com o conceito de integração, seja de origem neofuncionalista ou intergovernamentalista.

O problema da definição de Haas não é o componente social, e sim o nível de exigência. Com base nela, poucos seriam os casos de integração observáveis empiricamente, porque a transferência de lealdade a um novo centro, que se situa acima dos Estados nacionais, é rara. A definição do intergovernamentalismo liberal também é problemática em termos empíricos, porque as instituições políticas criadas podem não ter capacidade de, apesar de projetadas para tal, se impor sobre os Estados-membros, ou, inclusive, não ter sido constituídas com esse objetivo.

Para evitar essa dificuldade de aplicação empírica, é necessária uma definição de integração que priorize a construção de instituições políticas, que podem ou não ter o objetivo de se impor sobre os Estados-membros e podem ou não alcançar isso. Tampouco é útil se apoiar em Hurrell (1995), representante do corpo de literatura sobre o regionalismo. O autor define esse processo pelas categorias em que se expressa. Entre seus tipos de regionalismo, a única forma de integração é de natureza econômica, na categoria de integração regional promovida pelo Estado. Para Hurrell, é a tentativa de liberalização econômica que determina a existência de um processo de integração. Essa abordagem é limitada, porque reduz a integração a um aspecto. Há casos em que a liberalização econômica não é a prioridade ou sequer um objetivo. Ademais, a definição que foi trabalhada até aqui se centra no processo político. O regionalismo de Hurrell, portanto, não serve de base para que se conclua essa definição.

Qual é a solução? A resposta deste trabalho é se apoiar nos tipos de instituições políticas que são construídas e nas suas atribuições. Então, pode-se definir a integração como a constituição gradual de instituições políticas que criam alguma delimitação territorial e temática à cooperação entre Estados, aspiram integrar regras e políticas, levam os países-membros a ter de se adaptar a um novo contexto e podem chegar a se impor sobre os governos nacionais ou não ter a pretensão de realizar isso.

Com base nesse conceito, mais casos se caracterizariam como um processo de integração, mas com níveis distintos de institucionalização. Este trabalho, então, tratará de estabelecer critérios que sejam aplicáveis para medir o nível de institucionalização de todas as iniciativas que se enquadrem na definição de integração. Cada critério, ademais, precisará ter indicadores. O passo seguinte será a aplicação dos procedimentos a alguns casos selecionados.

## **Institucionalização**

Para Huntington (1975), a institucionalização é o processo por meio do qual as organizações e os processos adquirem valor e estabilidade. Essa também é a definição de Mainwaring e Torcal (2005) para a análise de sistemas partidários. De acordo com os dois, a institucionalização é o processo pelo qual uma prática ou organização se torna estabelecida e conhecida, senão universalmente aceita. Quando uma prática ou organização se institucionaliza, os atores desenvolvem expectativas, orientações e comportamentos baseados na premissa de que essa prática ou organização se manterá no futuro. Nesse caso, as expectativas de cada ator sobre o comportamento dos demais são claras e estáveis.

Um bloco de integração institucionalizado é aquele em que os atores esperam que os contornos e as regras principais do processo se manterão no futuro e agem de acordo com essa expectativa. A institucio-

nalização de um bloco pode variar conforme o âmbito da integração, já que os processos se desenvolvem em uma variedade de dimensões. É necessário, então, que o conjunto de critérios escolhidos para avaliar o nível de institucionalização de um bloco tenha a capacidade de medi-lo em diferentes âmbitos da integração.

Ao se propor a avaliar a institucionalização, não se considera que um bloco evoluirá, necessariamente, de um nível baixo para um nível alto de institucionalização. Afinal, há a possibilidade de que um processo de integração se torne menos institucionalizado, caso seus Estados-membros decidam, por exemplo, afrouxar os compromissos no âmbito regional. O avanço da institucionalização, portanto, não é inevitável nem ocorre de forma linear.

Além dos âmbitos econômico e político, há outras dimensões de um processo de integração que precisam ser levadas em conta na avaliação da sua institucionalização. Coutinho et al. (2007) incluem a dimensão social na análise do caso do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Assim como se faz aqui, são selecionados indicadores para as três dimensões, com a diferença de que, em parte das dimensões e dos indicadores, a seleção não se apoia em teorias da integração. Outros aspectos em comum são os entendimentos de que o ritmo do processo pode variar conforme a área e de que pode haver integração em certas áreas e reversão do processo em outras.

Para comparar o Mercosul com a União Europeia (UE), Mohammedinov (2005) utiliza quatro dimensões, que são a econômica, a político-institucional, a cultural e a exterior. Cada dimensão se baseia “em uma das quatro teorias da integração mais convencionais: neofuncionalismo, intergovernamentalismo liberal, construtivismo social e neorealismo” (MOHAMMEDINOV, 2005, p. 171). Por outro lado, o trabalho peca pela avaliação de que a dimensão político-institucional se limita às “peculiaridades estruturais de distribui-

ção do poder dentro dos blocos” (MOHAMMEDDINOV, 2005, p. 171) e pela falta de indicadores para as dimensões.

O principal mérito de Mohammeddinov é tentar aproveitar as contribuições de mais de uma teoria da integração, propondo dimensões que representariam quatro correntes teóricas. Essa proposta de conciliação se apoia na avaliação de Wiener e Diez (2004) de que a síntese entre teorias é um caminho mais promissor para o campo de estudos da integração do que a rivalidade entre elas, já que as diferentes correntes têm pontos conciliáveis e, separadamente, não dão conta de tudo.

### **Definição dos Critérios**

As dimensões a que os critérios de medição e seus indicadores se referirão não serão as mesmas de Coutinho et al. (2007) nem de Mohammeddinov (2005). Além das três utilizadas por Coutinho et al., a econômica, a político-institucional e a social, haverá outras duas. Em comparação com as de Mohammeddinov, não haverá uma dimensão cultural, que estará contemplada na social, e os fatores externos não serão uma dimensão, porque o nível de institucionalização de um bloco de integração está mais relacionado com seus aspectos internos.

Uma quarta dimensão terá relação com a representação exterior dos Estados-membros e do bloco. Nesse caso, o que será avaliado não são os fatores externos que influem sobre a integração, e sim a atuação exterior dos países-membros e do bloco e suas capacidades de coordenar posições. Haverá, ademais, uma quinta dimensão, a estratégica, que se centrará no potencial de conflitividade na região e na capacidade de cooperação entre as Forças Armadas dos Estados-membros.

### ***Dimensão econômica***

Ainda que não sejam um aspecto exclusivo do neofuncionalismo, os interesses econômicos têm uma participação importante na explicação neofuncionalista da integração. Para essa corrente, o movimento desde um sistema anárquico de Estados em direção à construção de instituições supranacionais se explica pela pressão de atores sociais e econômicos sobre suas elites governantes para que regulamentem o processo, em resposta a uma interdependência regional crescente (SCHMITTER, 2004).

Na visão neofuncionalista, é a interdependência regional crescente, então, que incentiva que atores sociais e econômicos e burocratas regionais pressionem por mais integração. Assim, espera-se que um maior grau de interdependência gere mais integração e, em consequência, um maior nível de institucionalização do processo.

Medir o grau de interdependência econômica na região é um meio de avaliar o nível de institucionalização do bloco em termos econômicos. Para isso, a participação regional no comércio exterior dos Estados-membros e a importância do comércio exterior com a região no PIB de cada país serão indicadores usados. Outro aspecto que precisa ser avaliado é o fluxo financeiro entre os integrantes do bloco. Nesse caso, o indicador será a participação regional no investimento estrangeiro direto em cada país.

### ***Dimensão político-institucional***

O intergovernamentalismo liberal de Moravcsik (1998) confere centralidade à atuação dos governos nacionais no processo de integração. Nos temas que julgam importantes, os Estados mais fortes teriam capacidade de moldar os resultados das negociações regionais.

A atuação dos governos, porém, não é o único fator que precisa ser considerado na dimensão político-institucional. Há a estrutura insti-

tucional do bloco e seu funcionamento. Uma corrente teórica que enfatiza a importância das instituições regionais e dos seus funcionários no processo de integração é a da governança supranacional, de Sweet e Sandholtz (1998).

Assim, precisam ser avaliadas a atuação dos governos e as instituições regionais para medir o nível de institucionalização na dimensão político-institucional. Nos dois casos, as avaliações serão mais quantitativas do que qualitativas. Para o primeiro aspecto, os indicadores usados serão a frequência de reuniões com participação de representantes governamentais, o nível hierárquico dos representantes mais frequentes, a periodicidade da participação dos chefes de Estado ou governo e de ministros, o número de decisões tomadas nas reuniões e, por fim, a importância dessas decisões, como forma de evitar que se superestime o valor de reuniões com um número alto de decisões irrelevantes.

Avaliar as instituições regionais é uma tarefa mais difícil. É necessário ter cuidado na escolha dos critérios, para que não se privilegie uma das visões sobre qual é o melhor modelo de integração. Os indicadores que serão utilizados são o ritmo de internalização das normas regionais nas legislações nacionais, a presença de funcionários regionais com dedicação exclusiva e a estrutura física das instituições regionais. A existência de órgãos autônomos em relação aos Estados não pode ser um critério porque significaria assumir que o modelo supranacional de integração é preferível ao intergovernamental.

### ***Dimensão social***

Para o construtivismo social, a cultura política, o discurso e a construção social de interesses e preferências também precisam ser levados em conta na análise de um processo de integração (RISSE, 2004). As relações, práticas, normas e valores das sociedades participantes condicionariam o processo, pois os atores da integração, se-

---

### **A Institucionalização de Blocos de Integração: Uma Proposta de Critérios de Medição**

jam governos, empresas ou cidadãos, estariam influenciados pelo meio em que operam. No caso da UE, o construtivismo social busca identificar os traços de uma identidade europeia, que seria a base para a construção de uma civilização comum no bloco.

Ainda que Risse ressalte que identidades locais ou nacionais não são inconciliáveis com uma de natureza regional, pode-se estimar que uma região com sociedades menos heterogêneas entre si é um ambiente mais propício para a construção de uma identidade comum.

Uma maneira de medir o nível de institucionalização na dimensão social, então, é avaliar o grau de homogeneidade entre as sociedades dos países que participam do processo de integração. Os indicadores que serão utilizados são o número de línguas oficiais, as divisões étnicas e religiosas e a intensidade dos intercâmbios culturais.

Esses aspectos, porém, não são suficientes, já que pode haver homogeneidade sem que isso seja convertido em institucionalização, ou, ao contrário, um bloco pode contornar a heterogeneidade entre seus membros fomentando a integração na área social. Assim, também é necessário avaliar a atuação de cada bloco no âmbito social. Os indicadores para isso serão o número de acordos e de instituições da área social, que abrangem temas como desenvolvimento social, educação e saúde.

### ***Dimensão de representação exterior***

Na visão neorrealista, a integração é um meio de expandir os poderes individuais e coletivos dos países no cenário internacional (HURRELL, 1995). Ao formar blocos, os Estados nacionais somariam forças, coordenando a política externa e mobilizando os recursos disponíveis, como um meio de aumentar o poder político, a competitividade econômica e a capacidade de negociação com os demais países.

Uma maneira de medir o nível de institucionalização na dimensão de representação exterior é avaliar as capacidades de atuação conjunta e de coordenação da política externa dos integrantes do bloco. Os indicadores que serão usados são a forma de negociação de acordos comerciais, em conjunto ou separadamente, para o primeiro aspecto, e o grau de convergência de posições entre os Estados-membros em organismos internacionais, para o segundo. A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que é realizada anualmente e delibera sobre temas nacionais, regionais e internacionais, será o fórum em que se observará essa convergência.

### ***Dimensão estratégica***

O intergovernamentalismo clássico explica a conformação de instituições supranacionais na Europa como o resultado da tomada de decisões racionais em um contexto histórico que levava os governos nacionais atuantes no processo a interesses claramente definidos (HOFFMANN, 1966). O debate gerado por essa posição começou na primeira fase da teoria da integração e continua até a atualidade (DIEZ; WIENER, 2004). De um lado, estão os que, como intergovernamentalistas e realistas, veem a integração como o resgate do Estado-nação, na expressão de Milward (1992). De outro, estão os que, como neofuncionalistas e institucionalistas, a encaram como a superação em alguma medida do mesmo Estado-nação.

Se, por um lado, o intergovernamentalismo clássico distancia-se do realismo, com o entendimento de que a criação de instituições supranacionais pode interessar aos Estados, por outro, aproxima-se, ao avaliar que os governos nacionais mantêm o controle das organizações conformadas e que os fatores estratégicos exercem uma influência significativa no andamento do processo.

Avaliar o panorama de conflitos armados internos ou entre países da região e a capacidade de cooperação entre as Forças Armadas dos

Estados-membros é uma forma de medir o nível de institucionalização na dimensão estratégica. No primeiro caso, os indicadores serão o número de conflitos armados, sejam internos a cada país de um bloco ou entre Estados-membros, e a existência nos países de grupos que se utilizem da força para negar a autoridade estabelecida e/ou defender a secessão. Para o segundo aspecto, os indicadores usados serão o número de acordos de cooperação nas áreas de defesa e segurança entre os Estados-membros, a existência de organismos regionais dessas áreas e a realização de exercícios e/ou operações militares em conjunto entre as Forças Armadas de dois ou mais países do bloco.

### **Aplicação dos Critérios**

A utilização dos critérios e dos seus respectivos indicadores começará com a seleção dos casos. Os blocos que serão avaliados precisam se ajustar à definição de integração estabelecida inicialmente. Depois, serão priorizados casos para os quais há mais dados disponíveis. E finalmente, por causa das dificuldades para a coleta e o tratamento das informações, um número pequeno de blocos será analisado.

Os casos avaliados, então, serão os dos três principais blocos da América do Sul, a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Mercosul e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), e o do processo que tem servido como parâmetro para outras experiências no restante do mundo, a UE.<sup>2</sup>

O motivo da inclusão do caso europeu não é avaliar o quanto os demais se aproximam ou se distanciam dele. Trata-se de uma proposta distinta de avaliação, que se concentra no panorama interno de cada bloco em cinco dimensões e que incorpora a UE como mais um caso, e não como parâmetro para a análise. Assim, o que se fará não é uma comparação. Por outro lado, como não há um parâmetro de institucionalização, os níveis em cada dimensão só podem ser estabelecidos a partir do contraste entre a situação dos blocos estudados.

Na dimensão econômica, a UE destaca-se em todos os indicadores. O bloco europeu tem as maiores médias de participação regional no comércio exterior e nos investimentos estrangeiros nos Estados-membros (ver Quadros 1 e 3). Além disso, apresenta a média mais alta de participação do comércio regional no PIB de cada integrante (ver Quadro 2). O Mercosul aparece na sequência nos três casos. Os resultados mostram três faixas de valores para cada indicador: 1) os da CAN, nunca acima dos 10%; 2) os do Mercosul e da Unasul, sempre próximos entre si e superiores aos da CAN; 3) os da UE, sempre muito acima dos demais valores. Só há um caso que foge um pouco ao padrão, o da média de participação regional nos investimentos estrangeiros na UE em 2010. O valor caiu muito em relação ao ano anterior, como efeito da crise econômica que surgiu em 2008 e atingiu em cheio a Europa, e foi o único valor da UE que não superou em ao menos duas vezes o do Mercosul. Assim, é possível classificar os níveis de institucionalização<sup>3</sup> na dimensão econômica em alto para a UE, médio para Mercosul e Unasul, e baixo para a CAN.

### Quadro 1

*Participação regional no comércio exterior dos Estados-membros (%)*

	2009 (média)	2010 (média)
CAN	9,27	9,28
Mercosul	30,13	29,13
Unasul	30,03	28,55
UE	65,24	63,69

Fontes: Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), Banco Mundial, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e estatísticas disponíveis no site da UE.

### Quadro 2

*Participação do comércio regional no PIB dos Estados-membros (%)*

	2009 (média)	2010 (média)
CAN	4,49	5,16
Mercosul	15,50	15,53
Unasul	14,67	15,38
UE	36,74	40,75

Fontes: Aladi, Banco Mundial, Cepal e estatísticas disponíveis no site da UE.

---

**A Institucionalização de Blocos de Integração:  
Uma Proposta de Critérios de Medição**

**Quadro 3**

*Participação regional no investimento estrangeiro nos Estados-membros  
(%)*

	2008 (média)	2009 (média)
CAN (1)	3,30	2,67
Mercosul	19,77	21,49
Unasul (2)	16,18	19,58
UE	67,43	37,36

(1) Os valores não incluem o Peru para 2008 e a Bolívia e o Peru para 2009, por falta de dados.

(2) Os valores não incluem Guiana, Peru, Suriname e Venezuela para 2008, e Bolívia, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela para 2009, por falta de dados.

Fontes: Bancos Centrais da Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai, Comitê de Investimentos Estrangeiros do Chile, Instituto Nacional de Estatística da Bolívia e estatísticas disponíveis no site da UE.

A UE também se sobressai na dimensão político-institucional. O único indicador em que não tem a melhor situação é a importância das decisões em reuniões,<sup>4</sup> ordinárias ou não, das principais instituições legislativas compostas por representantes governamentais com, no mínimo, o nível de vice-ministro (ver Quadro 8). Nesse caso, porém, foi avaliado o conteúdo das decisões de só uma das dez formações do Conselho da União Europeia, a principal instituição legislativa do bloco, por causa da dificuldade em fazer o mesmo com todas. A formação priorizada foi a de assuntos gerais, que preside as demais.

No conjunto de indicadores para a dimensão político-institucional, a UE promove com mais frequência reuniões ordinárias das principais instituições compostas por representantes governamentais (ver Quadro 4); tem, como a CAN, o representante governamental de nível hierárquico maior que participa com mais frequência das reuniões ordinárias das principais instituições (ver Quadro 5); faz com mais frequência reuniões ordinárias de chefes de Estado ou governo e de ministros (ver Quadro 6); e exibe a maior média de decisões em reuniões, ordinárias ou não, das principais instituições legislativas compostas por representantes governamentais com, no mínimo, o nível de vice-ministro (ver Quadro 7).

#### Quadro 4

##### *Frequência de reuniões ordinárias*

	<b>Chefes de Estado ou governo</b>	<b>Ministros ou vice-ministros</b>	<b>Demais representantes</b>
CAN (1)	Anual	2 (chanceleres) a 3 vezes (ministros ou vice-ministros de Comércio Exterior) ao ano	–
Mercosul (1)	2 vezes ao ano (2)	2 vezes ao ano (chanceleres e ministros da Economia)	4 (vice-ministro, secretário ou diretor das chancelarias) e 5 a 9 vezes (diretor ou diplomata das chancelarias) ao ano
Unasul (1)	Anual	2 vezes ao ano (chanceleres)	6 vezes ao ano (secretário, diretor, coordenador ou diplomata das chancelarias)
UE (1)	4 vezes ao ano	2 a 12 vezes ao ano (conforme a área)	–

(1) A partir da definição das principais instituições de cada bloco, foram consideradas as que são compostas por representantes governamentais e realizam reuniões ordinárias.

(2) Apesar de realizar duas reuniões ordinárias ao ano, os chefes de Estado do Mercosul não integram formalmente nenhuma instituição do bloco.

Fontes: Estruturas institucionais e documentos fundamentais disponíveis nos sites da CAN, Mercosul, UE e Unasul.

#### Quadro 5

##### *Nível hierárquico do representante mais frequente em reuniões ordinárias*

	<b>Representante</b>
CAN (1)	Ministro ou vice-ministro
Mercosul (1)	Diretor ou diplomata das chancelarias
Unasul (1)	Secretário, diretor, coordenador ou diplomata das chancelarias
UE (1)	Ministro

(1) A partir da definição das principais instituições de cada bloco, foram consideradas as que são compostas por representantes governamentais e realizam reuniões ordinárias.

Fontes: Estruturas institucionais e documentos fundamentais disponíveis nos sites da CAN, Mercosul, UE e Unasul.

## A Institucionalização de Blocos de Integração: Uma Proposta de Critérios de Medição

### Quadro 6

*Participação de chefes de Estado e ministros em reuniões ordinárias*

	Chefes de Estado ou governo	Ministros ou vice-ministros
CAN (1)	Anual	2 (chanceleres) a 3 vezes (ministros ou vice-ministros de Comércio Exterior) ao ano
Mercosul (1)	2 vezes ao ano (2)	2 vezes ao ano (chanceleres e ministros da Economia)
Unasul (1)	Anual	2 vezes ao ano (chanceleres)
UE (1)	4 vezes ao ano	2 a 12 vezes ao ano (conforme a área)

(1) A partir da definição das principais instituições de cada bloco, foram consideradas as que são compostas por representantes governamentais e realizam reuniões ordinárias.

(2) Apesar de realizar duas reuniões ordinárias ao ano, os chefes de Estado do Mercosul não integram formalmente nenhuma instituição do bloco.

Fontes: Estruturas institucionais e documentos fundamentais disponíveis nos sites da CAN, Mercosul, UE e Unasul.

### Quadro 7

*Número de decisões em reuniões, ordinárias ou não (1)*

CAN (2)	Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores		
	Decisões	Reuniões	Média
	4	2	2,00
	Comissão da Comunidade Andina		
	Decisões	Reuniões	Média
	7	1	7,00
Mercosul (2)	Total das principais instituições		
	Decisões	Reuniões	Média
	11	3	3,67
	Conselho do Mercado Comum		
	Decisões	Reuniões	Média
	58	3	19,33
Unasul (2)	Total das principais instituições		
	Decisões	Reuniões	Média
	58	3	19,33
	Conselho de Chefes de Estado e de Governo		
	Decisões	Reuniões	Média
	1	2	0,50
UE (2)	Conselho de Ministros das Relações Exteriores		
	Decisões	Reuniões	Média
	0	1	0,00
	Total das principais instituições		
	Decisões	Reuniões	Média
	1	3	0,33
UE (2)	Conselho da União Europeia (3)		
	Decisões	Reuniões	Média
	60	3	20,00
	Total das principais instituições		
	Decisões	Reuniões	Média
	60	3	20,00

(1) Foram avaliadas as três últimas reuniões, em relação à época da pesquisa (julho de 2011), do conjunto das principais instituições de cada bloco. Em alguns casos, essas três reuniões, ordinárias ou não, foram realizadas por uma única instituição.

(2) A partir da definição das principais instituições de cada bloco, foram consideradas as que dispõem de poderes legislativos e são compostas por representantes governamentais com, no mínimo, o nível de vice-ministro.

(3) Como a instituição se reúne em dez formações, o cálculo baseou-se na de Assuntos Gerais, que preside as demais. A partir dos dados para essa formação, expandiu-se o resultado para as demais e se chegou ao total para o Conselho da União Europeia.

Fontes: Arquivos de decisões disponíveis nos sites da CAN, Mercosul, UE e Unasul.

### Quadro 8

*Importância das decisões em reuniões, ordinárias ou não (1)*

CAN (2)	Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores				
	Alta	Média	Baixa	Total	Proporção de alta e média (%)
	1	1	2	4	50,00
	Comissão da Comunidade Andina				
	Alta	Média	Baixa	Total	Proporção de alta e média (%)
	1	4	2	7	71,43
Total das principais instituições					
	Alta	Média	Baixa	Total	Proporção de alta e média (%)
	2	5	4	11	63,64
Mercosul (2)	Conselho do Mercado Comum				
	Alta	Média	Baixa	Total	Proporção de alta e média (%)
	14	23	21	58	63,79
	Total das principais instituições				
	Alta	Média	Baixa	Total	Proporção de alta e média (%)
	14	23	21	58	63,79
Unasul (2)	Conselho de Chefes de Estado e de Governo				
	Alta	Média	Baixa	Total	Proporção de alta e média (%)
	1	0	0	1	100,00
	Conselho de Ministros das Relações Exteriores				
	Alta	Média	Baixa	Total	Proporção de alta e média (%)
	0	0	0	0	0,00
Total das principais instituições					
	Alta	Média	Baixa	Total	Proporção de alta e média (%)
	1	0	0	1	100,00
UE (2)	Conselho da União Europeia (3)				
	Alta	Média	Baixa	Total	Proporção de alta e média (%)
	0	2	4	6	33,33
	Total das principais instituições				
	Alta	Média	Baixa	Total	Proporção de alta e média (%)
	0	2	4	6	33,33

(1) Foram avaliadas as três últimas reuniões, em relação à época da pesquisa (julho de 2011), do conjunto das principais instituições de cada bloco. Em alguns casos, essas três reuniões, ordinárias ou não, foram realizadas por uma única instituição. Questões sobre a estrutura dos blocos foram consideradas de baixa importância, com algumas exceções, como mudança em regras de votação e criação de instituições. Para as demais, a abrangência e as potenciais implicações da decisão foram levadas em conta na avaliação da sua importância.

(2) A partir da definição das principais instituições de cada bloco, foram consideradas as que dispõem de poderes legislativos e são compostas por representantes governamentais com, no mínimo, o nível de vice-ministro.

(3) Como a instituição se reúne em dez formações, o cálculo baseou-se na de Assuntos Gerais, que preside as demais.

Fontes: Arquivos de decisões disponíveis nos sites da CAN, Mercosul, UE e Unasul.

Além disso, na UE, assim como na CAN, a forma de internalização das normas nas legislações nacionais que prevalece é a automática (ver Quadro 9). O bloco europeu ostenta ainda as maiores proporções de órgãos comandados por funcionários de dedicação exclusiva e com sede própria entre as principais instituições (ver Quadros 10 e 11). Na dimensão político-institucional, a divisão por faixas de valores só é possível para quatro dos oito indicadores. Em todos os quatro, são três faixas, com variação dos blocos que as compõem. Nos critérios das instituições comandadas por funcionários de dedicação exclusiva e com sede própria, são os mesmos blocos nas três faixas: a UE com o valor mais alto, a CAN na faixa intermediária, e Mercosul e Unasul com valores próximos entre si e inferiores. No número e na importância das decisões em reuniões das principais instituições legislativas compostas por representantes governamentais com, no mínimo, o nível de vice-ministro, as situações são outras. No primeiro caso, a UE e o Mercosul têm valores próximos entre si e superiores; a CAN fica na faixa intermediária; e a Unasul apresenta o valor mais baixo. No segundo, UE e Unasul invertem suas posições, deixando Mercosul e CAN na faixa intermediária.

Para os outros quatro indicadores da dimensão, a divisão por faixas se baseia em conceitos, e não em valores. Em todos os quatro, a UE está na faixa que representa a melhor situação, sendo que, em dois indicadores, o nível hierárquico do representante governamental mais frequente em reuniões e o ritmo de internalização das normas regionais, tem a companhia da CAN. Nesses dois casos, há só mais uma faixa, com Mercosul e Unasul. Nos dois indicadores restantes, a frequência de reuniões ordinárias das principais instituições compostas por representantes governamentais e a participação de chefes de Estado ou governo e ministros são novamente três faixas. No caso da frequência de reuniões, além da faixa ocupada pela UE, o Mercosul está na intermediária, e Unasul e CAN, na pior. No caso da participação de governantes e ministros, a única diferença é a situação da

CAN, que está na faixa intermediária. Calculando a média das posições de cada bloco nos oito indicadores, é possível classificar os níveis de institucionalização na dimensão político-institucional em alto para a UE, médio para CAN e Mercosul, e baixo para a Unasul.

### Quadro 9

#### *Ritmo de internalização das normas*

	Forma (1)
CAN	Automática
Mercosul	Incorporação necessária
Unasul	Incorporação necessária
UE	Automática

(1) Refere-se à forma que prevalece. No Mercosul, as normas que regulamentam aspectos relativos à estrutura do bloco não necessitam de incorporação, enquanto na UE há legislação, como diretivas, que requer incorporação.

Fontes: Documentos fundamentais e arquivos de decisões disponíveis nos sites da CAN, Mercosul, UE e Unasul.

### Quadro 10

#### *Instituições comandadas por funcionários de dedicação exclusiva*

	Órgãos com chefes de dedicação exclusiva	Total de principais instituições	Proporção (%)
CAN	4	7	57,14
Mercosul	2	6	33,33
Unasul	1	4	25,00
UE	6	7	85,71

Fontes: Estruturas institucionais disponíveis nos sites da CAN, Mercosul, UE e Unasul.

### Quadro 11

#### *Instituições com sede própria*

	Órgãos com sede própria	Total de principais instituições	Proporção (%)
CAN	4	7	57,14
Mercosul	2	6	33,33
Unasul	1	4	25,00
UE	6	7	85,71

Fontes: Estruturas institucionais disponíveis nos sites da CAN, Mercosul, UE e Unasul.

Na dimensão social, é o Mercosul que se destaca, com as menores proporções de línguas oficiais e grupos étnicos e religiosos por habitante (ver Quadros 12, 13 e 14), um nível médio de intensidade dos intercâmbios culturais (ver Quadro 15) e um conjunto de acordos e instituições da área social inferior em número só ao da UE (ver Quadros 16 e 17). Como era de se esperar em razão do seu maior número de integrantes, a UE tem problemas na dimensão social. Com 27 membros, é difícil ter um maior grau de homogeneidade do que um bloco de quatro países, como o Mercosul. Apesar dessa desvantagem, a Unasul, com doze integrantes, exibe resultados melhores do que a CAN, com quatro, nos indicadores sobre homogeneidade, porque, para uma população maior, a diversidade pode se diluir. Ao mesmo tempo, a UE esforça-se para compensar seu maior grau de heterogeneidade com uma série de acordos e instituições da área social, que abrangem temas como desenvolvimento social, educação e saúde.

A divisão por faixas de valores é possível para cinco indicadores, de um total de seis, da dimensão social. A quantidade de faixas para cada indicador varia de duas a quatro. Para os números de grupos étnicos e religiosos, são três. No primeiro caso, o Mercosul está na faixa de valor mais baixo, que representa a melhor situação; a Unasul, na intermediária; e CAN e UE, na de valores próximos entre si e mais altos. No segundo, são Mercosul e Unasul que ocupam a faixa superior, com valores mais baixos; a CAN, a intermediária; e a UE, a inferior. Para os números de línguas oficiais e de acordos da área social, são quatro faixas. No primeiro indicador, dispõem-se em ordem decrescente Mercosul, Unasul, CAN e UE; e, no segundo, UE, Mercosul, CAN e Unasul. Para o número de instituições da área social, são duas faixas. A UE está na de valor mais alto, que representa a melhor situação; e Mercosul, CAN e Unasul, na de valores próximos entre si e inferiores.

Resta a intensidade dos intercâmbios culturais, cuja divisão de faixas é por conceitos. São duas: CAN e Mercosul estão na que significa a

melhor situação entre os casos analisados; e Unasul e UE, na inferior. O cálculo da média das posições de cada bloco nos seis indicadores permite classificar os níveis de institucionalização na dimensão social em alto para o Mercosul; médio para a Unasul e UE;<sup>5</sup> e baixo para a CAN.

### Quadro 12

*Número de línguas oficiais dos Estados-membros*

	Total de línguas	Idiomas por habitante (1)
CAN	3	1 / 33.033.504
Mercosul	3	1 / 84.989.031
Unasul	7	1 / 57.118.409
UE	27	1 / 18.628.059

(1) Para se chegar às proporções, a população total estimada de cada região no momento da realização da pesquisa foi dividida pela soma das línguas oficiais de todos os países de cada bloco, contando só uma vez os idiomas que se repetem.

Fontes: Cálculos próprios a partir de dados disponíveis no CIA World Fact Book.

### Quadro 13

*Número de grupos étnicos dos Estados-membros*

	Total de grupos	Grupos étnicos por habitante (1)
CAN	10	1 / 9.910.051
Mercosul	8	1 / 31.870.887
Unasul	16	1 / 24.989.304
UE	77	1 / 6.531.917

(1) Para se chegar às proporções, a população total estimada de cada região no momento de realização da pesquisa foi dividida pela soma dos grupos religiosos de todos os países de cada bloco, contando só uma vez os grupos que se repetem.

Fontes: Cálculos próprios a partir de dados disponíveis no CIA World Fact Book.

### Quadro 14

*Número de grupos religiosos dos Estados-membros*

	Total de grupos	Grupos religiosos por habitante (1)
CAN	6	1 / 16.516.752
Mercosul	12	1 / 21.247.258
Unasul	20	1 / 19.991.443
UE	33	1 / 15.241.139

(1) Para se chegar às proporções, a população total estimada de cada região no momento da realização da pesquisa foi dividida pela soma das línguas oficiais de todos os países de cada bloco, contando só uma vez os idiomas que se repetem.

Fontes: Cálculos próprios a partir de dados disponíveis no CIA World Fact Book.

---

**A Institucionalização de Blocos de Integração:  
Uma Proposta de Critérios de Medição**

**Quadro 15**

*Intensidade dos intercâmbios culturais*

	<b>Intensidade</b>
CAN	Média
Mercosul	Média
Unasul	Baixa
UE	Baixa

Fonte: Observação própria dos fluxos artísticos e culturais.

**Quadro 16**

*Número de acordos da área social no âmbito do bloco*

	<b>Total de acordos (1)</b>
CAN	11
Mercosul	28
Unasul	5
UE	152

(1) Foram considerados acordos, normas e protocolos abrangentes em vigor ou em processo de entrada em vigência na época da pesquisa (julho de 2011). No caso de documentos que atualizam, complementam, ratificam e/ou substituem outros, vale a versão mais recente e/ou abrangente.

Fontes: Arquivos de decisões disponíveis nos sites da CAN, Mercosul, UE e Unasul.

**Quadro 17**

*Número de instituições da área social no âmbito do bloco*

	<b>Total de instituições</b>
CAN	5
Mercosul	6
Unasul	4
UE	10

Fontes: Estruturas institucionais disponíveis nos sites da CAN, Mercosul, UE e Unasul.

A UE também tem problemas na dimensão de representação exterior. Apesar de contar com uma política externa e de segurança comum e com uma alta representante para sua execução, o bloco europeu só supera a Unasul no nível de convergência entre os países-membros nas votações das edições de 2009 e 2010 da Assembleia Geral da ONU (ver Quadro 19). Assim como na dimensão social, é o Mercosul que se destaca no tema da representação exterior. Além de exibir a

média de convergência mais alta, seus integrantes, como os da UE, negociam acordos comerciais de forma conjunta com outros blocos ou países (ver Quadro 18). A CAN ostenta uma média de convergência próxima à do Mercosul, mas não negocia de forma conjunta, ainda que, na condição de união aduaneira, precisasse fazer isso.

Dos dois indicadores da dimensão de representação exterior, a divisão por faixas de valores é possível para um deles, a convergência de posições na Assembleia Geral da ONU. São duas faixas: Mercosul e CAN estão na de valores próximos entre si e mais altos, e UE e Unasul, na inferior, também com valores próximos entre si. No caso da forma de negociação de acordos comerciais, a divisão é por conceitos. Mercosul e UE ocupam a faixa que representa a melhor situação, e CAN e Unasul, a inferior. O cálculo da média das posições de cada bloco nos dois indicadores permite classificar os níveis de institucionalização na dimensão de representação exterior em alto para o Mercosul; médio para CAN e UE; e baixo para a Unasul.

### Quadro 18

*Forma de negociação de acordos comerciais*

	Forma
CAN	Separadamente
Mercosul	Em conjunto
Unasul	Separadamente
UE	Em conjunto

Fontes: Documentos fundamentais e arquivos de decisões disponíveis nos sites da CAN, Mercosul, UE e Unasul.

### Quadro 19

*Convergência de posições na Assembleia Geral da ONU (%)*

	2009	2010	Média
CAN	75,58	82,28	78,93
Mercosul	80,23	82,28	81,25
Unasul	66,28	55,70	60,99
UE	68,60	55,70	62,15

Fontes: Cálculos próprios a partir dos dados sobre votações disponíveis no site da ONU.

## A Institucionalização de Blocos de Integração: Uma Proposta de Critérios de Medição

Na dimensão estratégica, não há um bloco que se sobressaia. A UE tem a cooperação mais institucionalizada nas áreas de defesa e segurança (ver Quadros 22, 23 e 24) e conta até com forças militares próprias para atuar em missões humanitárias e de paz em todos os continentes, mas apresenta os maiores números de conflitos armados, internos ou entre países-membros, e de grupos armados insurgentes desde sua criação<sup>6</sup> (ver Quadros 20 e 21). O Mercosul, por outro lado, tem um ambiente pacífico, já que não registra conflitos armados, internos ou entre Estados-membros, nem grupos armados insurgentes desde que foi criado, mas sua cooperação nas áreas de defesa e segurança não está tão institucionalizada.

### Quadro 20

*Número de conflitos armados desde a criação do bloco (1)*

	Internos	Entre Estados-membros	Total de conflitos	Conflitos por ano
CAN	9	2	11	0,26
Mercosul	0	0	0	0,00
Unasul	3	0	3	0,43
UE	27	1	28	0,52

(1) Foram considerados como conflitos armados tanto os internos a cada país de um bloco, entre forças estatais e guerrilhas ou grupos separatistas, quanto os que ocorreram entre Estados-membros no período avaliado.

Fontes: Consultas em sites jornalísticos e fontes históricas disponíveis na internet sobre os conflitos ocorridos no período considerado, seguidas de novas consultas sobre cada conflito específico identificado.

### Quadro 21

*Número de grupos armados insurgentes desde a criação do bloco (1)*

	Total de grupos	Grupos por ano
CAN	9	0,21
Mercosul	0	0,00
Unasul	3	0,43
UE	26	0,48

(1) Foram considerados como grupos armados insurgentes as guerrilhas e os movimentos separatistas que se utilizaram da força para negar a autoridade estabelecida e/ou defender a secessão no período avaliado.

Fontes: Consultas em sites jornalísticos e fontes históricas disponíveis na internet sobre os grupos existentes no período considerado, seguidas de novas consultas sobre cada grupo específico identificado.

A divisão por faixas de valores é possível para quatro indicadores, de um total de cinco, da dimensão estratégica. São dois com três faixas e dois com duas. Na primeira condição, estão os números de conflitos armados e de grupos armados insurgentes desde a criação do bloco. A divisão é a mesma para os dois indicadores, com o Mercosul na faixa de valor mais baixo, que representa a melhor situação, a CAN na intermediária, e Unasul e UE com os valores mais altos. Para os números de acordos e de instituições de defesa e segurança, os ocupantes de cada faixa também se repetem, com a diferença de que são duas. A UE ocupa a faixa de valores mais altos, que representa a melhor situação; e Mercosul, Unasul e CAN, com números próximos, a inferior.

### Quadro 22

*Número de acordos de defesa e segurança no âmbito do bloco*

	<b>Total de acordos (1)</b>
CAN	6
Mercosul	8
Unasul	8
UE	33

(1) Foram considerados acordos, normas e protocolos abrangentes em vigor ou em processo de entrada em vigência na época da pesquisa (julho de 2011). No caso de documentos que atualizam, complementam, ratificam e/ou substituem outros, vale a versão mais recente e/ou abrangente.

Fontes: Arquivos de decisões disponíveis nos sites da CAN, Mercosul, UE e Unasul.

### Quadro 23

*Número de instituições de defesa e segurança no âmbito do bloco*

	<b>Total de instituições</b>
CAN	3
Mercosul	4
Unasul	3
UE	14

Fontes: Estruturas institucionais disponíveis nos sites da CAN, Mercosul, UE e Unasul.

Resta a atuação conjunta das Forças Armadas de membros do bloco, em que a divisão de faixas é por conceitos. Todos os quatro casos ava-

---

**A Institucionalização de Blocos de Integração:  
Uma Proposta de Critérios de Medição**

liados estão na mesma faixa, que representa a melhor situação. Calculando a média das posições de cada bloco nos cinco indicadores, é possível estabelecer que o nível de institucionalização na dimensão estratégica é alto para a UE;<sup>7</sup> médio para Mercosul e CAN; e baixo para a Unasul.

**Quadro 24**

*Atuação conjunta das Forças Armadas de Estados-membros*

	<b>Atuação conjunta (1)</b>
CAN	Sim
Mercosul	Sim
Unasul	Sim
UE	Sim

(1) Foram considerados como atuação conjunta exercícios e/ou operações conjuntas de dois ou mais países de cada bloco, independentemente da participação de terceiros países.

Fontes: Sites jornalísticos e arquivos de decisões disponíveis nos sites da CAN, Mercosul, UE e Unasul.

No saldo das dimensões, a UE é o bloco com maior nível de institucionalização. O caso europeu, porém, não está nessa condição em todas elas e registra um nível alto de institucionalização em três dimensões: a econômica, a político-institucional e a estratégica (ver Quadro 25). Nas outras duas, a social e a de representação exterior, é o Mercosul que se destaca. Além disso, tem um nível médio de institucionalização na econômica, na político-institucional e na estratégica.

Os resultados confirmam as expectativas, mas há pontos que chamam a atenção. Por exemplo, o desempenho da UE na dimensão de representação exterior fica aquém do esperado, ainda que se tenha em conta que articular posições comuns entre 27 países é uma tarefa mais difícil. O bloco europeu tem feito esforços de coordenação das políticas externas, mas as divergências ainda são evidentes e não se limitam ao âmbito regional, como mostram os dados das votações na Assembleia Geral da ONU.

Outros pontos que chamam a atenção são a Unasul à frente da CAN na dimensão econômica e o desempenho do bloco sul-americano na

questão estratégica. O primeiro resultado deve-se à importância maior da América do Sul em termos comerciais e de investimentos para os países da Unasul do que os Estados-membros da CAN em conjunto para cada um dos integrantes do bloco, ainda que a CAN esteja em um estágio mais avançado em relação aos mecanismos de promoção e regulação do comércio regional. No segundo caso, o que explica o nível baixo de institucionalização da Unasul em uma dimensão que enfatiza, a estratégica, é o fato de que, como um bloco mais recente, contou com menos tempo para diluir os números de conflitos e grupos armados ao longo dos anos de existência e para avançar em institucionalizar a cooperação nas áreas de defesa e segurança.

### Quadro 25

*Nível de institucionalização por dimensão*

Nível	Dimensão				
	Econômica	Político-institucional	Social	Representação exterior	Estratégica
Alto	UE	UE	Mercosul	Mercosul	UE
Médio	Mercosul	CAN	Unasul	CAN	Mercosul
	Unasul	Mercosul	UE	UE	CAN
Baixo	CAN	Unasul	CAN	Unasul	Unasul

Fonte: Avaliação própria com base em todas as fontes anteriores.

## Conclusões

A definição de critérios que possam ser aplicados universalmente para medir o nível de institucionalização de blocos de integração, evitando que o único referencial empírico seja o caso europeu, que a base teórica se restrinja a uma das teorias existentes, que o conceito de integração seja exigente em demasia e que se privilegie determinado modelo do processo, é uma tarefa urgente para que o campo de estudos da integração regional se desenvolva. Com isso, as oportunidades para a sistematização e a pesquisa comparativa nessa área podem aumentar.

Este artigo oferece uma contribuição nesse sentido. Em primeiro lugar, foram apresentadas e discutidas as bases teóricas para a definição das dimensões de análise e a seleção dos seus respectivos critérios e indicadores, levando em conta postulados de algumas das principais teorias da integração. Depois, a proposta foi aplicada, avaliando os níveis de institucionalização de quatro blocos que satisfazem o conceito de integração. Assim, foram estabelecidas as bases conceituais e empíricas para uma agenda de pesquisa que aproveite a metodologia desenvolvida aqui.

---

## **Notas**

**1.** O conceito de Deutsch (1957), segundo o qual a integração é a existência, em um território, de um sentido de comunidade e de instituições e práticas suficientemente fortes e disseminadas para assegurar, por um longo período, expectativas confiáveis de mudança pacífica na população, também é pouco exigente, mas em demasia. Com essa definição, a ausência de conflitos armados entre dois ou mais países vizinhos por determinado período já poderia ser considerada integração. Ademais, enfatiza apenas um aspecto do processo, a convivência pacífica. Tanto é assim que o resultado da integração para Deutsch é uma comunidade pluralista de segurança.

**2.** O cálculo dos indicadores baseia-se nos países de cada bloco na época da pesquisa (julho de 2011), que são: CAN (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru), Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), Unasul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela) e UE (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia).

**3.** Nas demais quatro dimensões, em que a divisão dos blocos por faixas não foi a mesma para todos os indicadores, como na dimensão econômica, o procedimento adotado para classificar os níveis de institucionalização foi: as posições do bloco em cada indicador da dimensão foram divididas pelo número de

indicadores da dimensão, chegando a uma média das posições; com base nessa média, definiu-se o nível de institucionalização na dimensão.

**4.** O indicador de importância das decisões foi utilizado para estabelecer um controle sobre o indicador de número de decisões. Afinal, um bloco pode tomar muitas decisões, mas, ao mesmo tempo, se concentrar em questões menores. A forma de classificar as decisões está explicada nas notas do quadro sobre o indicador de importância das decisões.

**5.** A média das posições da UE a deixaria no nível baixo de institucionalização, como a CAN, mas, por seu desempenho nos indicadores sobre os números de acordos e de instituições da área social, optou-se por classificá-la no nível médio.

**6.** Para evitar que blocos mais antigos, como a CAN e a UE, tenham desvantagem nos indicadores de números de conflitos armados e de grupos insurgentes, o dado que se leva em conta é a média de conflitos ou grupos por ano desde a criação do bloco até o momento de realização da pesquisa. A forma de definir os conflitos e grupos está explicada nas notas dos quadros sobre os dois indicadores.

**7.** A média das posições da UE a deixaria no nível médio de institucionalização, como CAN e Mercosul, mas, por seu desempenho nos indicadores sobre os números de acordos e de instituições das áreas de defesa e segurança, optou-se por classificá-la no nível alto e trocar sua posição com o Mercosul, que, pela média, ficaria no nível alto.

---

## Referências Bibliográficas

COUTINHO, Marcelo; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; KFURI, Regina. Raio x da integração regional. **Estudos e Cenários**, p. 1-58, mai. 2007.

DEUTSCH, Karl W.; BURRELL, Sidney A.; KANN, Robert A.; LEE JR., Maurice; LICHTERMAN, Martin; LINDGREN, Raymond E.; LOEWENHEIM, Francis L.; VAN WAGENEN, Richard W. **Political Community and the North Atlantic Area: International Organization in the Light of Historical Experience**. Princeton: Princeton University Press, 1957.

---

**A Institucionalização de Blocos de Integração:  
Uma Proposta de Critérios de Medição**

DIEZ, Thomas; WIENER, Antje. Introducing the Mosaic of Integration Theory. In: WIENER, A.; DIEZ, T. (Org.). **European Integration Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 1-21.

HAAS, Ernest B. **The Uniting of Europe**: Political, Social, and Economic Forces (1950-57). Stanford: Stanford University Press, 1958.

HOFFMANN, Stanley. Obstinate or Obsolete? The Fate of the Nation-State and the Case of Western Europe. **Daedalus**, v. 95, n. 3, p. 862-915, 1966.

HUNTINGTON, Samuel P. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Edusp, 1975.

HURRELL, Andrew. Regionalism in Theoretical Perspective. In: FAWCETT, L.; HURRELL, A. (Org.). **Regionalism in World Politics**. Regional Organization and International Order. Nova York: Oxford University Press, 1995. p. 37-73.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, v. 11, n. 2, p. 249-286, 2005.

MILWARD, Alan S. **The European Rescue of the Nation-State**. Londres: Routledge, 1992.

MOHAMMEDDINOV, Mikhail. El MERCOSUR y la Unión Europea: variación entre los factores de cohesión regional. **Polis**, v. 1, n. 2, p. 169-204, 2005.

MORAVCSIK, Andrew. **The Choice for Europe**. Social Purpose & State Power from Messina to Maastricht. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

RISSE, Thomas. Social Constructivism and European Integration. In: WIENER, A.; DIEZ, T. (Org.). **European Integration Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 159-176.

SCHMITTER, Philippe C. Neo-neofunctionalism. In: WIENER, A.; DIEZ, T. (Org.). **European Integration Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 45-74.

SWEET, Alec Stone; SANDHOLTZ, Wayne. Integration, Supranational Governance, and the Institutionalization of the European Polity. In: SANDHOLTZ, W.; SWEET, A. S. (Org.). **European Integration and Supranational Governance**. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 1-26.

WIENER, Antje; DIEZ, Thomas. Taking Stock of Integration Theory. In: WIENER, A.; DIEZ, T. (Org.). **European Integration Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 237-248.

---

## Resumo

### **A Institucionalização de Blocos de Integração: Uma Proposta de Critérios de Medição**

O campo de estudos da integração regional evoluiu pouco no que se refere à comparação e à definição de critérios para a avaliação de casos. Um procedimento recorrente é aplicar a outros processos critérios elaborados para o caso europeu. Como o modelo de integração adotado na Europa não se repete em outras partes do mundo, esse procedimento só pode levar às mesmas conclusões: a avaliação de que há problemas nos demais blocos, de que suas perspectivas são ruins e de que, em alguns casos, sequer se caracteriza um processo de integração. Portanto, é necessário estabelecer critérios que possam ser aplicados universalmente e que avaliem os blocos de integração de acordo com seu nível de institucionalização, como já foi proposto e adotado na ciência política para os regimes democráticos e os sistemas partidários. Essa é uma tarefa urgente para a sistematização e a pesquisa comparativa no campo de estudos da integração regional. O trabalho, então, propõe um conjunto de critérios que tem capacidade de medir o nível de institucionalização em diferentes âmbitos da integração e indicadores para cada critério. Além disso, faz uma seleção abrangente das dimensões de análise, para não privilegiar certo âmbito ou modelo de integração. Os critérios são aplicados, então, a CAN, Mercosul, Unasul e UE, considerando o processo europeu como mais um caso, e não como parâmetro para a análise. O resultado observado corrobora essa perspectiva, já que a UE, ao contrário do esperado, não apresenta o nível de institucionalização mais alto em todas as dimensões.

**Palavras-chave:** Integração Regional – Institucionalização – América do Sul – Europa

## **Abstract**

### **The Institutionalization of Integration Processes: A Proposal for Criteria of Measurement**

The field of regional integration has showed few developments regarding the comparison and the definition of criteria to evaluate cases. A frequent procedure is apply in another processes the criteria developed to the European case. As the integration model adopted in Europe is not repeated elsewhere in the world, this procedure can only lead to the same conclusions, the assessment that there are problems in the another processes, that their prospects are bad and that some cases can not even be characterized as an integration process. Therefore, it is necessary to establish criteria that can be applied universally and that assess the processes by their level of institutionalization, like it has been developed and adopted in Political Science for democratic regimes and party systems. This is an urgent task for systematic and comparative research in the field of regional integration. To face this task, the paper proposes criteria that is able to measure the institutionalization in different areas of integration and indicators for each criterion. Moreover, it does a comprehensive selection of the dimensions of analysis, in order to not privilege certain sphere or model of integration. Then, the criteria is applied to CAN, MERCOSUR, UNASUR and EU, considering the European process as one of the case studies, and not as parameter for the analysis. The results confirm this perspective, since the EU, unlike the expected, does not show the higher level of institutionalization in all the dimensions.

**Keywords:** Regional Integration – Institutionalization – South America – Europe